

A EAD NA CULTURA UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

05/2008

Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

epovoas@ufpel.edu.br

Estratégias e Políticas

Educação Universitária

Relatório de Pesquisa

Investigação Científica

RESUMO

O presente artigo traz como desafio central a possibilidade de problematizar a emergência de uma nova cultura universitária a partir do anúncio e, posterior, implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito das universidades federais brasileiras. Ao tomar como lugar de análise o processo vivido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL - neste processo, o estudo aponta movimentos que ao potencializar novas práticas educativas constroem novos significados pedagógicos na cultura universitária.

Educação a Distância - Políticas Públicas – Currículo

I - Apresentação

O presente artigo traz como desafio central a possibilidade de problematizar a emergência de uma nova cultura universitária a partir do anúncio e, posterior, implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Programa este que se consolida, em 2006, como política pública brasileira na confluência de fatores como: pressão social por expansão da educação superior, em termos de capilarização e interiorização da oferta, para o atendimento das demandas nacionais reprimidas, melhoria da qualidade da educação básica, a partir da formação inicial e continuada dos professores e a possibilidade de propiciar e estimular um trabalho colaborativo entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação e o Ministério de Educação (MEC).

Para tanto, tomo como lugar de análise o processo vivido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL- diante do decurso de implantação do Sistema UAB. Ao focalizar a UFPEL como lócus desta reflexão, explícito tratar-se de uma escrita singular, aberta e, de certo modo, provisória, fugindo, por conseguinte, da idéia de um texto que pretenda tratar de modo totalizador e homogêneo as implicações e os efeitos produzidos pela implantação do Sistema UAB nas Instituições Federais de Ensino Superior. Trata-se, por conseqüência, de um texto muito mais próximo de uma reflexão inicial sobre o assunto, do que propriamente de uma escritura com pretensões prescritivas e/ou conclusivas sobre o tema em questão.

As duas secções em que dividi este pequeno ensaio expressam os dois principais núcleos de questionamentos que orientaram este estudo. Assim, num primeiro momento, problematizo a educação a distância no leque das práticas educativas da UFPEL. Ressalto aqui, o ziguezagueante caminho percorrido por esta modalidade educativa na cultura universitária da UFPEL até a implantação do Sistema UAB. No segundo tópico, apresento breves considerações acerca das potencialidades então vislumbradas na e pela proposta da UAB no contexto da UFPEL.

II - O Sistema UAB na cultura universitária da UFPEL: uma universidade em movimento

Pode-se dizer, grosso modo, que a UFPEL é pioneira, entre as instituições federais de ensino superior, em práticas que envolvem aprendizagens não presenciais. De certa forma, acompanhou o próprio percurso da EAD no Brasil. Seguindo a lógica do “ensino por correspondência”, há 20 anos, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (UFPEL) oferece um curso de pós-graduação em nível de especialização na área de tecnologia de sementes. O curso se utiliza, predominantemente, de materiais impressos, elaborados pelos docentes responsáveis pelas respectivas disciplinas, enviados mensalmente aos inscritos, com a obrigação de ao final da leitura, realizar as questões pré-estabelecidas e devolvê-las à coordenação. O aluno que completar o curso e obtiver a média mínima, prevista pelo Colegiado do Curso, é considerado aprovado, obtendo, assim, o título de Especialista em C&T Sementes.

Contudo, e no que pese a importância deste curso enquanto prática fundadora da EAD na UFPEL, o fato é que a mesma não conseguiu ultrapassar a territorialidade da Faculdade de Agronomia, e, por consequência, muito pouco contribuiu para disseminar a EAD na cultura da UFPEL. De lá para cá, tanto quanto pude ter acesso, somente a partir do ano 2000, é que a EAD passa a ser tratada como tema de discussão coletiva no âmbito da UFPEL. Provavelmente, tanto o conjunto de ordenamentos legais específicos à área, cuja Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) é percussora, quanto o interesse neste campo, por parte de alguns professores da UFPEL, tenha forjado a necessidade de problematizar esta modalidade educativa na instituição.

De forma reduzida e esquemática pode-se dizer que foi a partir do ano 2000 que começam a ser estabelecidas na UFPEL algumas ações de caráter institucional, buscando incentivar a inserção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na prática didática de seus docentes. Com este objetivo foi organizada a JORNADA UFPEL VIRTUAL, promovendo atividades desenvolvidas durante aproximadamente um semestre, envolvendo palestras, oficinas e seminários. O número de professores e funcionários motivados para o uso das TIC após esta jornada não pode ser considerado expressivo, mas criou-se um grupo que passou a analisar, implementar e discutir os rumos da educação a distância na UFPEL. (cf. Borda e Félix, 2006).

Mesmo diante das resistências encontradas em problematizar temas relativos a EAD para além dos grupos diretamente interessados no assunto, o fato é que a UFPEL avançou na discussão e se mostrou atenta e receptiva às iniciativas locais e nacionais. Sem dúvida, e aqui, reporto-me, novamente, as palavras de Borda, Félix e Silveira (ib), quando localizam o ano de 2002, como “um marco histórico no contexto da Educação a Distância na UFPEL”. Marco para a história da EAD no Brasil e marco para a história da EAD na UFPEL. Trata-se da chamada pública, feita pelo Ministério da Educação, para o credenciamento das instituições de ensino superior afins de atuarem em cursos a distância.

No entanto, é o ano de 2006 que marca na cultura universitária da UFPEL a entrada da EAD como modalidade pedagógica a serviço da formação de estudantes de graduação. Foi a partir da ampla divulgação em todo o território nacional acerca do Decreto 5800, de 8 de junho de 2006, que oficializou o Sistema UAB, que se viveu o acirramento da disputa entre os discursos que apóiam e compreendem as propostas da EAD, no contexto da UAB, ou seja: expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, mediante a oferta de cursos a distância por instituições públicas de ensino superior, e aqueles que a criticam por entendê-la como um tipo de educação que desqualifica os processos formativos.

As repercussões destes tensionamentos se fizeram presentes no cotidiano da UFPEL. Se por um lado, houve entusiasmo por parte de alguns professores e da própria administração da universidade, por outro lado, os discursos contrários à implantação de cursos a distância, se mostraram desfavoráveis a qualquer maneira de formação inicial a distância por entender que as consequências de tais processos seriam desastrosas para a educação

brasileira. O Editorial do Jornal da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas, Edição nº 096, setembro/2006, é exemplar neste sentido. Sob o título: “Ensino a Distância: a preocupação que emerge da constatação do crescimento”, oferece à leitura a todos os professores sindicalizados da UFPEL, uma série de questionamentos acerca dos cursos de graduação a distância, especialmente, às licenciaturas. De acordo com o Editorial:

A preocupação que emerge da constatação do crescimento dessa oferta refere-se à qualidade do ensino e ao tipo de formação dos sujeitos que freqüentam tais cursos. Essa preocupação ainda é maior quando se percebe que a prevalência dessa oferta ocorre no campo das licenciaturas, isto é, na formação daqueles que serão os responsáveis pela educação dos cidadãos deste país. Por que é nesse campo de formação que ocorre a maior concentração de cursos dessa natureza? Onde atuarão esses professores que não “necessitam” de uma formação presencial? Por que incentivar uma formação mais rápida e com menos custos? (Jornal da ADUFPEL, Nº 096, Ano XXVII, Set./2006, p.2)

Aproveitando a disseminação destes discursos na cultura da UFPEL e, valorizando as questões, por eles, suscitadas, por iniciativa de um grupo de professores atuantes na área de EaD e da própria administração da universidade, iniciou-se um processo de divulgação desta modalidade educativa na cultura universitária da UFPEL, objetivando a socialização, discussão e encaminhamentos acerca das práticas educativas já desenvolvidas no contexto da instituição e das necessidades organizacionais, pedagógicas e administrativas, colocadas para a UFPEL, a partir da entrada de dois cursos de licenciaturas no Sistema UAB. Para tanto, várias frentes de trabalho foram abertas como resultantes destes encontros: uma delas buscava estratégias voltadas a solucionar o problema da fragmentação e do isolamento das práticas em EAD na instituição.

Reafirmou-se, no âmbito destas problematizações, a necessidade de estabelecer uma política institucional voltada à estruturação, organização e funcionamento da EAD na UFPEL. Após um árduo trabalho de equipe, envolvendo diferentes profissionais da universidade, consolida-se a institucionalização do CEAD/UFPEL – Centro de Apoio a Educação Aberta e a Distância, aprovado pelas instâncias superiores da universidade, e que tem, de acordo com seu Regimento Interno (CEAD/UFPEL, 2007), as seguintes atribuições:

(...) definir estratégias político-didático-pedagógicas para EAD, em consonância com as políticas institucionais; oferecer cursos e/ou atividades na modalidade EaD conforme a legislação vigente; oferecer, em cooperação com as coordenações dos cursos presenciais, módulos ou disciplinas na modalidade EaD; dar assessoria na elaboração e execução de projetos de EAD; qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD; responsabilizar-se por todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito da UFPEL; apoiar e incentivar a pesquisa e a produção do conhecimento em EaD; estudar, elaborar e difundir modelos, metodologias e novas tecnologias em EaD; manter infra-estrutura específica para a oferta de cursos e outras atividades na modalidade EaD; promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD; promover fóruns de discussão sobre

novas tecnologias a serem utilizadas em EAD; propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD, sempre respeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação vigente para a EaD; promover, em cooperação com as Unidades Acadêmicas, congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD; ofertar cursos de graduação, pós-graduação e de extensão universitária, atendendo às necessidades de diversos segmentos da sociedade que necessitam de novas alternativas educacionais com flexibilidade de tempo e de espaço para o processo de aprendizagem.

Outra frente de trabalho foi constituída pelos docentes dos Cursos aprovados. Respeitada as singularidades de cada uma das licenciaturas, seus ritmos de trabalho e suas experiências no campo da EAD, um traço comum a ser destacado é a motivação e o comprometimento da equipe de trabalho dos cursos aprovados. Atitudes estas que iniciam com a divulgação da oferta do Curso de Matemática e do Curso de Pedagogia no Sistema UAB e se estendem, a cada dia, com mais intensidade, pelo cotidiano institucional de forma contagiante. Nesta direção tem sido interessante a troca de experiências entre as equipes de trabalho. A experiência pedagógica vivida pelo curso de matemática a distância sinaliza e, de certa forma, instrumentaliza o curso de pedagogia sobre diferentes questões relativas ao planejamento, execução e gestão de cursos a distância. De igual maneira, os docentes atuantes no curso de pedagogia, contribuem, de forma efetiva, com a problematização de questões que envolvem a arquitetura curricular e seus desdobramentos didático-pedagógicos na operacionalização dos cursos.

Uma terceira frente de trabalho que cabe destacar aqui, diz respeito à atuação da coordenação UAB, tanto no contexto da UFPEL, quanto dos municípios - pólos de apoio presencial dos cursos oferecidos pela universidade. Para além da necessária divulgação do próprio Sistema UAB, seus objetivos, finalidades e estrutura organizacional, bem como, a promoção do aprofundamento da legislação vigente na área, provavelmente, a maior contribuição da coordenação UAB/UFPEL, até então, esteja na criação e execução de estratégias voltadas à aproximação entre as instâncias envolvidas neste processo.

Preocupados em estabelecer espaços permanentes de diálogo e de negociação entre todos os sujeitos e as instâncias envolvidas neste processo, a coordenação tem aberto espaços de comunicação através de encontros presenciais com os coordenadores de pólo, secretários de educação, dirigentes municipais, professores dos cursos e administração da universidade.

Neste sentido, tem sido de extrema importância para o planejamento das atividades educativas dos cursos, a escuta atenta e reveladora das multiplicidades socioculturais expressas por cada um dos municípios parceiros. Com eles, temos aprendido a construir uma agenda de trabalho que leve em consideração a troca de informações e a busca por um trabalho cooperativo capaz de integrar de forma efetiva as demandas dos pólos com as práticas da universidade.

Hoje, a UFPEL mantém parceria com 19 municípios – pólos de apoio presencial que totalizam um universo de 1.200 alunos matriculados em nossas Licenciaturas. Diante do contingente de alunos a serem formados pelo Sistema

UAB, sob a responsabilidade da UFPEL, reafirma-se o compromisso social desta universidade que, uma vez mais, se coloca o desafio de contribuir com a expansão do ensino superior brasileiro, agora, pela responsabilidade de integrar ao Sistema UAB, compactuando com a necessidade de reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior no país e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância.

Para tanto, embora a instituição já possua um expressivo reconhecimento regional no que se refere à formação de professores, o fato novo fica por conta de manter com qualidade os cursos oferecidos na modalidade da EAD. Isto requer o fortalecimento das pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação, já consolidadas na instituição, bem como o estímulo a que novas investigações nesta linha de pesquisa possam vir a ser desenvolvidas.

III – Fluxos e refluxos da EAD na cultura da UFPEL

O modelo organizacional proposto pelo Sistema UAB, diferencia-se dos moldes convencionais utilizados nas e pelas políticas para educação e suas relações estruturais com as instituições de ensino. A UAB propõe uma nova lógica de relações, apoiada num trabalho colaborativo que entrelaça as IFES a diferentes entidades sociais nas diversas esferas federativas: municípios, Estados, União. Trata-se de uma rede de relações que, de certa forma, parece desconfigurar o modelo hierárquico que rege as políticas públicas em geral, e às educacionais, de maneira específica. Estas reconfigurações nas relações de poder/espaco/saber nos permitem apostar em novas configurações de conhecimento e em inovações pedagógicas.

Uma das questões que se fez presente na UFPEL, por ocasião da preparação dos cursos de licenciaturas oferecidos pela UAB, foi à discussão sobre o currículo dos cursos. Ambas as licenciaturas desenharam um currículo diferenciado para os cursos a distância, não se limitando, desta maneira, a uma mera transposição do currículo do curso presencial. A discussão sobre as possibilidades de operacionalização das atividades do curso apoiados nas novas tecnologias da informação e comunicação mostrou a possibilidade de se passar de um modelo que privilegia a transmissão de conhecimentos e sua suposta assimilação para um modelo pedagógico cujo funcionamento se baseia na aprendizagem colaborativa, na abertura aos contextos sociais e culturais, a diversidade dos alunos, aos seus conhecimentos, experimentações e interesses (Cf. Silva, 2002, p.81).

Estas potencialidades oferecidas pela EAD servem de sinalizadores para a necessária reflexão no âmbito da instituição acerca dos modelos epistemológicos que estruturam e organizam os currículos da instituição. Sabe-se que as Diretrizes Curriculares tencionaram novas configurações nos currículos de formação. No entanto, as fragmentações por disciplinas ou por campos de conhecimentos especializados ainda persistem. A

imposição de pré-requisitos curriculares, de seqüências de saberes pré-estabelecidos, a ausência de espaços de formação livre e tantos outros mecanismos disciplinares presentes nas “grades” dos cursos de graduação permanecem produzindo o aprisionamento dos saberes. Mesmo nos casos dos Cursos em que o esforço tem sido o de criar eixos, centros ou núcleos com caráter integrador das disciplinas curriculares, as dificuldades persistem, posto que a racionalidade lógica, comumente utilizada para “agregar” as disciplinas, acontece por territorializações de campos de saberes e suas afinidades e complementaridades por área.

Estas problematizações vêm ocupando a agenda dos coordenadores de cursos das licenciaturas na UFPEL. No entanto, cabe sublinhar que não se trata de uma problemática da UFPEL. É preciso ressaltar que o modelo linear e seqüencial de currículo é produto de um modelo epistemológico racional-positivista que se consolidou como hegemônico no pensamento ocidental e acabou por definir os espaços/tempos da escola moderna, fundado nas noções de norma, seqüência e disciplina. Ressalta-se que o desenvolvimento de modelos curriculares construídos sob a égide dos princípios da homogeneidade, seqüencialidade, fragmentação, e linearidade muito contribuiu para um tipo de prática docente, tutelada e limitada a prescrições de conteúdos disciplinares.

IV - Para fechar o texto: breves considerações finais

... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto; que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. (Guimarães Rosa, João).

Não gostaria de fechar este texto, sem que antes, pudesse dizer das potencialidades pedagógicas, políticas e culturais produzidas pelo e no processo de implantação da UAB na UFPEL. Contudo, preciso, antes, confessar que, como formadora de futuros formadores, nem sempre consegui perceber a EAD como prática educativa potencializadora de aprendizagens. Ao contrário, o trabalho de investigação que fiz sobre a história da EAD, na história da educação brasileira, até o início dos anos 90, mostrou, com relativa clareza, seus percalços de percurso. Transcrevo aqui, um pequeno fragmento, extraído de minha tese de doutoramento, que servem como sinalizadores para as questões que pretendo retomar aqui. Ao se referir à história da EAD no Brasil, diz assim:

Os discursos constituidores das práticas educativas, que utilizaram o rádio e, posteriormente, também, a televisão, dirigiam-se à educação de jovens e adultos marginais a um tipo de sociedade que buscava alcançar seu processo civilizatório pelo desenvolvimento nacional e pela competitividade ao mercado internacional. Este tipo de educação construiu-se, via de regra, como uma educação de caráter supletivo e não-formal (como é o caso do MOBREAL, do Projeto MINERVA, entre outros). Os incentivos governamentais dados a este tipo de educação originavam-se nos desequilíbrios ocasionados por uma política de espaço, longamente produzida, na qual os jovens e os adultos “descolarizados” emergem como sujeitos que não tiveram condições de freqüentar a escola no tempo certo, logo inaptos frente às novas exigências sociais, econômicas e

culturais. Construída como educação supletiva, este tipo de prática educativa parece caminhar no avesso da história da educação escolarizada. Constituem-se em programas, projetos, experiências, atravessadas pela dimensão do provisório, do passageiro, do eventual, e, como tal, não adquire grande destaque no rol das políticas públicas educacionais.

No entanto, se a história da EAD mostrou-a como um tipo de educação supletiva e informal, a consolidação do Sistema UAB rompeu com este tipo de lógica. Trata-se, não apenas de mais um programa de governo a serviço da inclusão de sujeitos no mercado de trabalho. Agora, instituiu-se um sistema nacional com diretrizes e bases para a organização e funcionamento da EAD em todo o território nacional. Deixa-se, portanto, a improvisação de práticas pensadas para educar os excluídos socialmente. Parte-se para uma política educacional que tem por finalidade expandir o acesso ao ensino superior a partir do oferecimento de uma educação pública com qualidade.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e retificada em 28 dez. 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>.
- BRASIL Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 nov. 1968 e retificada em 3 dez. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio. 2007.
- CUNHA, L. A. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TRIIGUEIRO, M.G.S. Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo. Ed. Universidade Brasília, Brasília, 1999.